

O sítio Moju 1: Aspectos da cerâmica neobrasileira no município de Moju, Pará.

Thiago Peralta Guerra*

Resumo: Há bastante tempo às margens dos rios da Amazônia são alvos da pesquisa arqueológica. Ao longo do rio Moju, Pará, vários projetos vem sendo realizados, entre os quais podemos destacar a implantação de uma linha de transmissão pela Companhia Vale do Rio Doce, entre Vila do Conde e Platô Miltônia 3. Em 2006, a empresa Scientia Consultoria foi convidada para realizar o resgate do material arqueológico do sítio Moju1 localizado nesta LT. Participando da etapa de laboratório surgiu interesse pelo estudo de um dos materiais coletados, conhecido como cerâmica neobrasileira, reflexo do contato entre o colonizador e os povos indígenas. Neste artigo apresentarei um breve estudo acerca dessa cerâmica e tentarei relacionar com algumas das ocupações históricas que se estabeleceram ao longo do rio Moju, durante o período colonial e imperial, localizadas próximas a este sítio. Também proponho a reconstituição hipotética de alguns vasilhames de uso doméstico, seguida da descrição das formas obtidas.

Palavras-chave: Arqueologia histórica, cerâmica neobrasileira, engenhos.

1. Introdução

Ao longo da história, o homem vem deixando uma enorme variedade de vestígios frutos da materialização de sua cultura. Como a arqueologia estuda o homem a partir de sua cultura material, toda produção humana pode se tornar objeto de investigação arqueológica e acaba se tornando uma importante fonte de dados para os arqueólogos. Tanto uma grande edificação quanto um simples fragmento cerâmico são capazes de fazer história, permitindo obter informações valiosas sobre aqueles que os produziram, utilizaram e por fim descartaram. Dentre estes vestígios, a cerâmica é um dos mais importantes, pela sua universalidade, aparecendo em diferentes culturas no mundo todo, depois pela antiguidade e durabilidade, e por fim pela privilegiada capacidade de transmitir valores humanos que possibilitam uma reflexão sobre a organização social e política da sociedade em que foi produzida (BELLETI et al, 2004).

* Discente do Curso de Especialização em Arqueologia pela Universidade Federal do Pará, 2008.

Este trabalho foi pensado a partir da etapa de análise dos fragmentos resgatados no sítio arqueológico Moju 1, em julho de 2006, pela empresa Scientia Consultoria Científica, para a realização dos estudos de impacto ambiental, referente a arqueologia, em função da implantação da linha de transmissão entre Vila do Conde e Platô Miltônia 3, pela Companhia Vale do Rio Doce. Estes estudos se fizeram necessários em cumprimento à Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) de 1986, que discorre acerca dos estudos necessários para liberação de áreas para grandes empreendimentos.

A partir dos vestígios coletados no sítio Moju 1 (Moju, Pará), mas especificamente a cerâmica neobrasileira ou cabocla, farei um breve comentário acerca deste tipo de material, que foi produzido no Brasil após o contato do colonizador europeu com os povos nativos, ainda muito encontrado em sítios arqueológicos brasileiros. A cerâmica neobrasileira, representa culturas diferentes que se fundiram originando um novo padrão de decoração e confecção, fabricadas até os dias de hoje. Procurarei também relacioná-los com algumas das ocupações históricas que se estabeleceram ao longo do rio Moju durante o período colonial e imperial, localizadas próximas a este sítio e inclusive, conforme descrito por viajantes naturalistas, como Martius & Spix (1961) e Bates (1979) no século XIX.

2. A cerâmica neobrasileira

Em 1964, Ondemar Dias Jr. criou a definição “cerâmica cabocla”, que consistia em “uma imitação executada pelo caboclo, partindo de um modelo, mais evoluído, no caso o colonial” (DIAS Jr. 1964:10) Mesmo não esclarecendo os critérios utilizados nesta classificação, ainda no mesmo ano, redefiniu o termo, denominando-o de “cerâmica neobrasileira”. Ainda dentro de uma esfera histórico-culturalista¹, o novo termo, passou a identificar também a “tradição neobrasileira” com suas respectivas fases arqueológicas, onde nesse primeiro momento, representava a cerâmica que combinava influências indígenas e portuguesas e, mais tarde, de outros grupos, tais como os escravos.

¹ O Histórico-Culturalismo foi uma corrente teórica arqueológica caracterizada pela ênfase na identificação e demarcação de amplas áreas culturais; difusão de conhecimentos com outros grupos ou entre regiões ocasionando rotas migratórias. A pesquisa arqueológica visava a distribuição temporal e espacial dos artefatos, estilos, e identificação de suas origens (REIS, 2003).

No Dicionário de Arqueologia, encontramos a seguinte definição para cerâmica neobrasileira:

“Cerâmica arqueológica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e podendo apresentar ou não elementos de outras procedências.” (SOUZA, 1997:35).

De acordo com Dias Jr., com a chegada dos europeus e mais tarde, dos africanos, novos elementos culturais passaram a fazer parte da tradição tecnológica indígena e se fundiram com as novas técnicas, dando origem a novos padrões de forma e decoração. Surgiu assim uma cerâmica híbrida, adaptada ao novo sistema, mas agora, acompanhada de artefatos europeus como vidro, peças de metal, etc. Ou seja, a tradição neobrasileira “é o resultado da adaptação das comunidades dominadas à vida colonial” (DIAS Jr. 1987:161). Embora esta denominação venha sendo questionada e até se sugere uma reavaliação do termo, sabemos da importância que teve em sua época. No entanto, atualmente, uma das críticas mais comuns está no fato do termo abranger a cerâmica histórica de todo o território nacional, não captando assim as particularidades de cada região.

Em relação à técnica de confecção da cerâmica neobrasileira, alguns elementos tradicionais indígenas se mantiveram como o acordelamento e outros foram inseridos posteriormente e conservam-se até o nosso século. Dentre as técnicas encontramos três tipos:

1. *Acordelamento*: essa técnica se manteve fiel às tradições indígenas e utiliza cordéis de argila que, sobrepostos, dão a forma pretendida. É a técnica de manufatura ainda utilizada pelos índios brasileiros;

2. *Torno*: técnica introduzida pelos europeus, modelando-se a argila com auxílio do torno. A cerâmica é normalmente produzida a partir de uma única porção de argila que vai sendo torneada e modelada até adquirir a forma desejada, dando as peças uma maior resistência às perdas por rachaduras e rupturas na queima;

3. *Modelagem*: feita a partir de um único bloco de argila que, ao contrário do torno, é modelado com as mãos para atingir a forma desejada. Esta técnica era utilizada por grupos tribais africanos, e foi trazida ao Brasil pelos escravos.

Embora a metodologia aplicada ao resgate não privilegie a investigação dos vestígios históricos, ainda assim puderam ser recuperados fragmentos deste tipo de cerâmica, correspondendo aos relatos de Martius e Spix quando estes se referiam a utilização da mão-de-obra negra em detrimento dos índios do local por serem “aversos ao trabalho dos brancos” (MARTIUS & SPIX, 1961:17).

Os índios descritos pelos naturalistas como moradores da região eram os Tupinambás, Nhengaíbas, Mamaiabás e Toquiguarás que conviveram juntos, sob influência dos jesuítas, perdendo gradativamente suas peculiaridades nas cerâmicas tradicionais apropriando-se de novas formas e técnicas de produção trazidas pelos brancos. No entanto não se impediu a produção da cerâmica cabocla também por índios com algum grau de civilização (MARTIUS & SPIX, 1961:70 a 72).

De acordo Scheuer (1982:22), na cerâmica tradicional popular, encontra-se muitas influências da cultura indígena, mas também percebemos que o europeu contribuiu, não só com elementos estilísticos, mas especialmente, na decoração dos vasilhames. Scheuer conclui que o europeu ao imigrar para o Brasil, passou a se utilizar dos recipientes cerâmicos existentes, mas a produção e a distribuição dos mesmos, por um longo tempo, ficou nas mãos das ceramistas nativas.

A esse respeito, o Padre jesuíta João Daniel, que viveu na região amazônica durante o século XVIII, entre 1741 e 1757, comenta um pouco sobre a produção cerâmica indígena e destaca o trabalho das mulheres, consideradas por ele, como as principais agentes no processo de produção cerâmica. Ressaltou “a engenhosa indústria” com que fabricavam sua cerâmica, sem “uso ou precisão de forma para cozer” e “sem roda alguma”. Mostra também de forma detalhada como estas escolhiam e preparavam o barro e depois misturavam com cinza de casca de árvores, principalmente da árvore “cariapé²”, relatando todo o processo de preparo deste tempero e da argila, até o produto final (DANIEL, 2004: 128).

O tempero ou antiplástico³, em especial o caraipé, é um dos elementos característicos da cerâmica neobrasileira. É introduzido na argila para evitar que esta rache quando é levado ao fogo. Como foi dito acima faz parte de um dos passos do preparo da argila para a fabricação dos vasilhames cerâmicos. No primeiro passo é realizado o processamento da matéria prima e o preparo da pasta. O processamento consiste na remoção de inclusões grosseiras, como pedregulhos e restos de plantas na argila recém retirada. Já o segundo, se acrescenta o antiplástico à argila ainda úmida, para então se proceder a mistura dos elementos até atingir o ponto necessário para a fabricação da peça (MACHADO, 2005-2006: 91).

² Caraipé, Cariapé ou Caripé é um tipo de tempero ou antiplástico retirado das cinzas obtidas pela queima da casca da árvore de mesmo nome, comum na Amazônia e no Brasil Central (SOUZA, 1997).

³ Tempero ou Antiplástico é a matéria introduzida na pasta, para conseguir condições técnicas propícias a uma boa secagem e queima (SOUZA, 1997).

Ainda segundo Machado:

“O termo antiplástico é utilizado num sentido genérico para indicar quaisquer inclusões contidas na pasta, podendo vir de origens indeterminadas. Quando tais inclusões são intencionais, a escolha do antiplástico é fundamental já que materiais específicos estão normalmente correlacionados a funções específicas. Isto porque as propriedades físicas inerentes a determinados antiplásticos é que vão permitir ou não o exercício de determinadas funções ao “produto final” (RYE 1981:26). Os antiplásticos encontrados na argila podem variar enormemente de acordo com o local estudado. No caso da Amazônia, é comum encontrarmos inclusões de cauxi, cariapé, hematita, quartzo grosso e fino, caco moído e, em alguns casos, conchas, como na cerâmica da fase Mina (SIMÕES 1981:13)”.

3. O sítio Moju 1

3.1. Aspectos históricos

O nome do município tem origem na língua Tupi e significa "rio das cobras", um dos nomes amedrontadores que caracterizam locais da região em comparação aos outros relatados por Martius e Spix (1961) como “rio dos cães” referindo-se à fazenda Jaguarari ou mesmo “rio do jacaré” referindo-se a fazenda Juquiri. Não obstante o nome amedrontador, desde os primeiros tempos coloniais o rio Moju foi percorrido por exploradores que iam atrás das “drogas do sertão”⁴, onde muitos deles se radicaram às suas margens.

De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF, 2005), o Município teria surgido de um povoado fundado nas terras de Antônio Dornelles de Sousa, localizadas dentro da área patrimonial da freguesia de Igarapé-Miri. Era também conhecido como “Terras de Antônio Dornelles”, que mais tarde, em Julho de 1754, as doou à Irmandade do Divino Espírito Santo quando o Bispo do Pará, Dom Frei Miguel de Bulhões, em visita pastoral à região, hospedou-se em seu sítio. Correspondendo aos desejos do povo, Dom Frei Miguel de Bulhões criou a freguesia que recebeu a invocação do santo da irmandade.

⁴ Anil, cacau, baunilha, salsaparrilha, canela, cravo, pau-brasil, pau-preto, piaçava, espécies oleaginosas, resinas, corantes, bem como outras especiarias e madeiras nobres. (BATISTA, 2007)

Após ter-se erigido em freguesia, o povoado decaiu consideravelmente fazendo com que, além de esquecimento quase que completo dos poderes públicos, houvesse também o esquecimento das autoridades religiosas, desaparecendo inteiramente a categoria eclesiástica que lhe fora concedido. Somente em 1839, a atual sede municipal obteve a categoria de freguesia do Divino Espírito Santo novamente, com toda a jurisdição dos rios Acará e Moju. Em 1856, a freguesia foi elevada à categoria de vila com o nome de Vila de Moju e convertida em município. Quase cem anos depois, em 1955, houve uma tentativa de desmembramento de seu território para que pudesse ser constituído o Município de São Manoel de Jambuaçu, mas somente em 1991 aconteceu o desmembramento. Parte então do território constituiu os municípios de Goianésia do Pará e Breu Branco. Atualmente, Moju conta com dois distritos: Moju (sede) e Cairari.

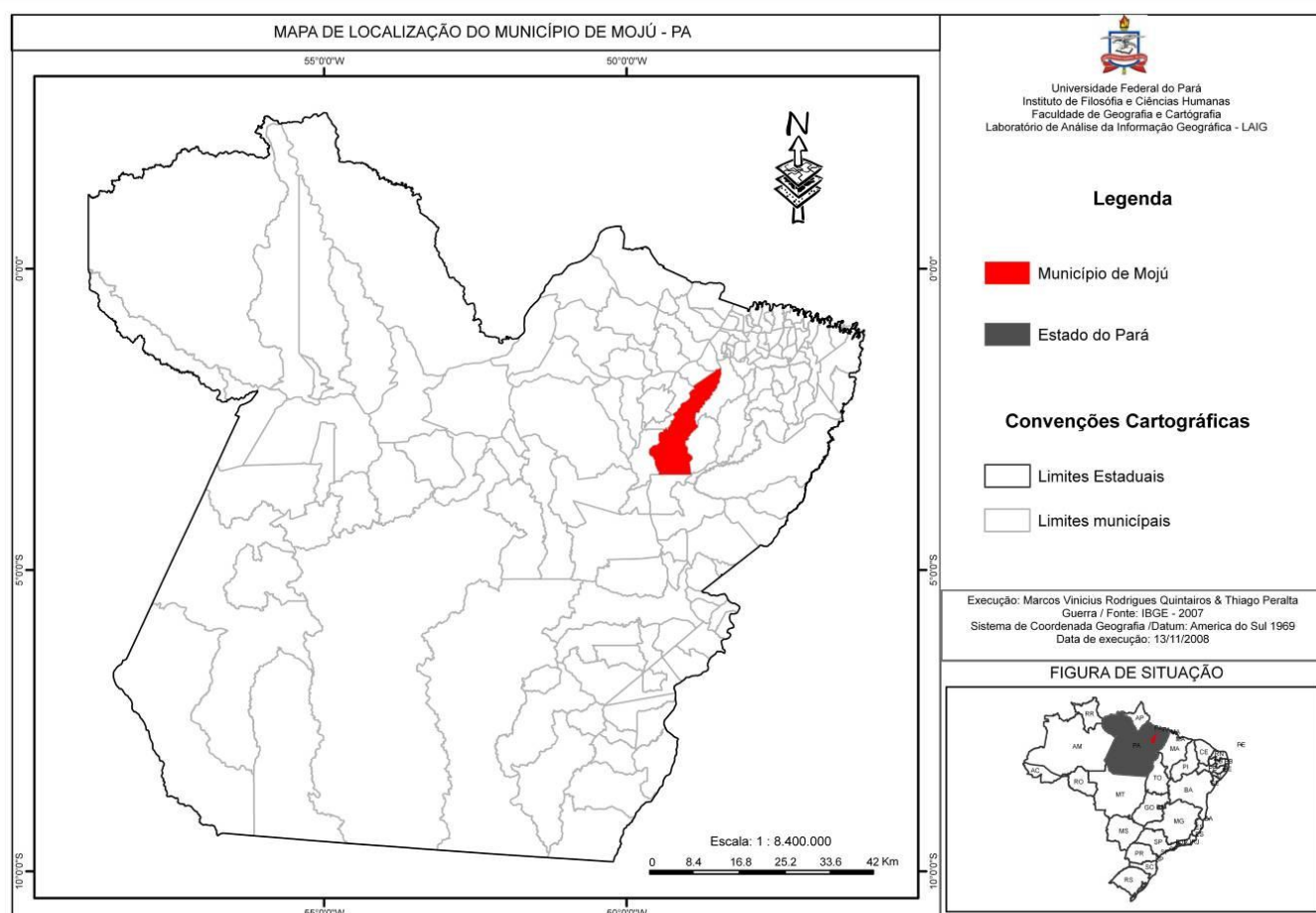


Figura 1: Localização do Município de Moju no estado do Pará. (Scientia, 2008)

3.2. Localização

O sítio Moju 1 foi identificado em outubro de 2005, na praça da torre 30/1 da Linha de transmissão 230 kV entre Vila do Conde e Platô Miltônia 3, localizada nas coordenadas UTM 22M765124E / 9797778N, à margem esquerda do Rio Moju, dentro das terras de uma fazenda chamada Conceição, Município de Moju, Estado do Pará. A maior parte do sítio está localizada na faixa de servidão da linha de transmissão. O terreno é plano e está situado na baixa vertente da planície fluvial da bacia do Rio Moju (SCIENTIA, 2007).



Figura 2: Localização do sítio Moju 1. (Scientia, 2007)

3.3. Características ambientais

Trata-se de um sítio arqueológico a céu aberto, que apresenta vestígios tanto de uma ocupação pré-histórica quanto de uma ocupação histórica. O solo possui estrutura arenosa de coloração variando do marrom ao amarelo claro. Trata-se de solo hidromórfico, em virtude de ser periodicamente inundado pelas águas da margem esquerda do Rio Moju, o que também caracteriza o ambiente do sítio como deposicional. A dinâmica de maré submete a área do sítio tanto a processos intensamente erosivos quanto de deposição de aluviões e inúmeros detritos. Esta característica é marcante nos sistemas fluviais meandrantés como o que compõe a área de estudo. A vegetação é composta por capoeira média e baixa, vegetação rasteira (gramíneas), açazal, buritizal e pomar. (SCIENTIA, 2007).

3.4. Contexto arqueológico

A área de entorno do sítio é marcada arqueologicamente por várias ocupações históricas que fazem uma conexão entre o Sítio Moju 1 e as diversas atividades e ocupações que já existiram na região anteriormente. De acordo com o naturalista Henry Bates, em passagem por este rio no ano de 1848, existiam no local diversas casas de colonos e propriedades rurais consideráveis, localizadas às margens do rio e braços de igarapé (BATES, 1979:54). Dentre as propriedades relacionadas por Bates, destacamos o Engenho Jaguarari, antiga propriedade do barão de mesmo nome, onde houve um grande engenho de açúcar. Possuía uma casa de sobrado e uma esplêndida capela. Os alemães Martius & Spix, de passagem pela região, se hospedaram nesta propriedade no ano de 1820 e descreveram várias características desta fazenda, sua eficiência e elegância, a presença de água potável disponível para os habitantes, a plantação de cana-de-açúcar e de como tiravam proveito da cachaça, etc. (MARTIUS & SPIX, 1961:71). Outro importante estabelecimento, citado por viajantes, é o Engenho Juquiri. Local onde antigamente existiu um grande engenho, propriedade do chefe cabano Manoel Antonio Feio (PINTO, 1930). Foi apontado por Bates como um dos três maiores da região em meados do século XIX e está localizado na margem direita do rio, defronte ao sítio Moju 1 (MARQUES, 2004).

No livro, *Hydrographia do Amazonas e seus Afluentes*, de Augusto Octaviano Pinto, encontramos importante fonte histórica a respeito da ocupação da região. Em 1930, percorrendo o rio Moju, observou diversos aspectos do rio e seus afluentes. A maior parte era habitada e alguns possuíam povoados com igrejas, escolas públicas e particulares, enquanto outros possuíam empreendimentos diversos, como lavouras, criação de gado, olarias e serrarias, como a fábrica Moju Ruber Co., que beneficiava milho, tabaco e madeiras, cujas fibras eram muito procuradas nas indústrias. Encontrou também vestígios de antigos estabelecimentos agrícolas que desapareceram durante a Guerra da Cabanagem⁵. (PINTO, 1930).

Atualmente, algumas pesquisas vêm sendo realizadas na região, como a pesquisa de Paulo do Canto Lopes e Cristina Senna, iniciada em 2003, para o Projeto Bauxita Paragominas/PA. Nela, são apresentados os resultados de pesquisa, dos sítios PA-BA-83: Bittencourt, PA-BA-84: Alunorte e PA-BA-85: Jambuaçu. Constatou-se que os sítios pesquisados traziam elementos da cultura material tanto histórica, quanto pré-colonial. Assim, fez-se uma interação entre os processos históricos e os

⁵A Cabanagem foi uma revolta ocorrida entre os anos de 1835-1840 no Pará, onde os negros e índios levantaram-se contra a elite política, tomando o poder. (CHAVENATO, 1984).

do período pré-colonial, mostrando a relevância da área para a pesquisa arqueológica (SENNA & LOPES, 2008).

Outra importante pesquisa na região é *“Um Estudo sobre Arqueologia e População Atual na Vila Guajaraúna, em Barcarena – PA”*, que trata da relação entre o arqueólogo e os moradores atuais e como é a relação destas pessoas com a cultura material arqueológica e o sítio como um todo. Com esta pesquisa pôde-se recuar a história da Vila Guajaraúna até 1850, comprovado pela datação da cultura material lá encontrada, como louças finas, grés, garrafas de vidro e cerâmica cabocla. O texto finaliza com uma frase, comprovando como essa população é de grande importância para o conhecimento e preservação de um sítio:

“Afinal o que se busca é recompor e dar significado a uma sociedade que já existiu e que às vezes está na memória dos habitantes atuais, então porque não recorrer a essas pessoas e ter uma compreensão mais ampla de determinados grupos sociais” (NASCIMENTO et al., 2006).

4. Análise e resultados

De acordo com os dados fornecidos pela empresa Scientia (2007), os trabalhos de resgate iniciaram-se com a marcação do ponto zero (P0) no marco central da torre 30/1. Foram traçadas linhas paralelas, de 20 em 20m, perpendiculares ao alinhamento da Linha de Transmissão (LT), nas direções Vante-Ré e Direita-Esquerda a partir do ponto zero. No cruzamento destas linhas foram colocadas estacas, marcando os pontos para escavação de sondagens de 1 x 1m. À medida que as sondagens apresentavam material arqueológico, a malha era ampliada, até se definir a extensão do sítio arqueológico. As sondagens foram escavadas de forma sistemática, em níveis artificiais de 10 em 10cm, até o término da camada arqueológica. Ultrapassada essa camada, era escavado mais um nível estéril e depois se fazia uma perfuração central, com 50cm de profundidade, com cavadeira, para confirmar o fim da camada arqueológica. Mesmo as sondagens estéreis foram escavadas até 30 cm abaixo da superfície.

Pela disposição das quadras que continham material arqueológico e das estéreis, o sítio se estende de forma elíptica (figura 3), onde o eixo maior se desenvolve perpendicular ao rio, no alinhamento da LT. Podemos melhor observar estas informações, bem como a extensão do sítio arqueológico como um todo, nos diagramas a seguir:

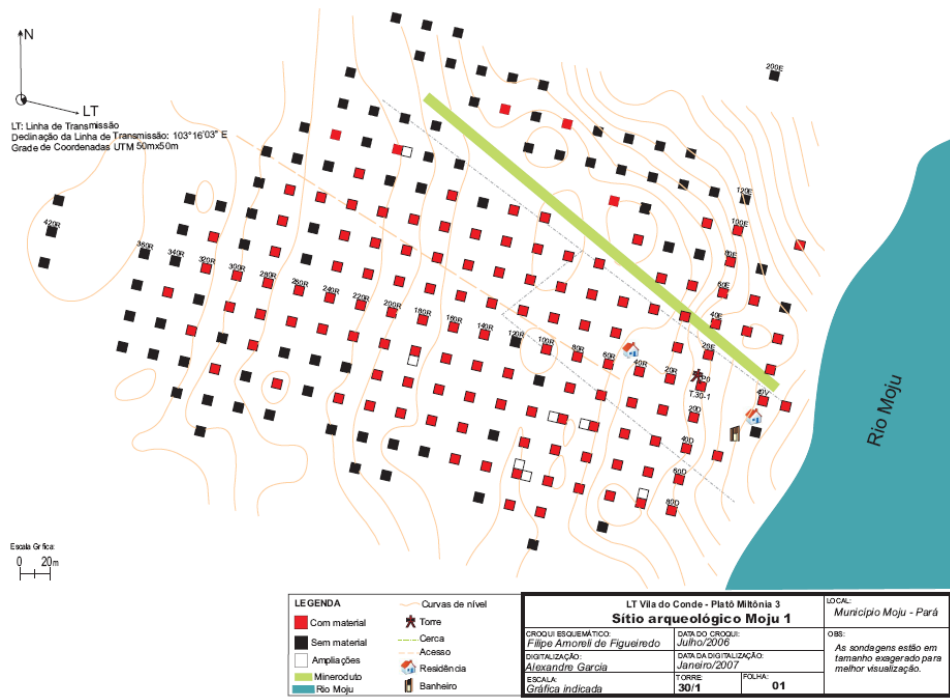


Figura 3 – Distribuição das quadras sobre a área do sítio arqueológico. (Scientia, 2007).

No próximo diagrama é possível observar a ocupação histórica do sítio. Também possui forma de elipse, só que menor e está localizada próximo à margem do rio, medindo cerca de 200 x 100m e com seu eixo maior paralelo ao rio. Nas quadras mais afastadas, ao longo do eixo da LT ocorrem apenas vestígios subsuperficiais, que podem estar relacionados aos recentes deslocamentos de pessoal que utilizou a picada aberta para a implantação da LT.

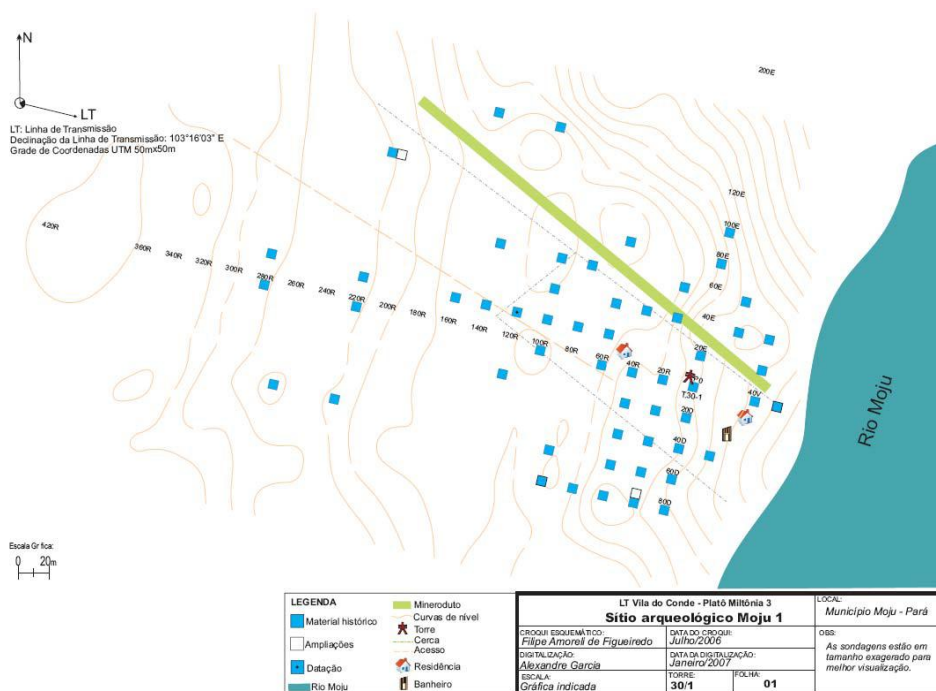


Figura 4 – Quadras escavadas no Sítio Moju 1 que livraram material histórico. (Scientia, 2007).

O mapa de densidade da ocupação histórica mostra que os fragmentos estão mais concentrados em dois pontos, formando uma linha perpendicular ao rio. A área de menor dimensão (cerca de 1.120 m²) é a que apresenta maior densidade de material, enquanto que a de maior área (cerca de 3.500 m²) está mais próxima do rio e apresenta material mais disperso. As quadras positivas que não registram densidade de material correspondem a quadras em que apenas uma peça foi evidenciada. A figura mostra duas áreas de atividades, separadas por um espaço não ocupado, provavelmente utilizado apenas para circulação.

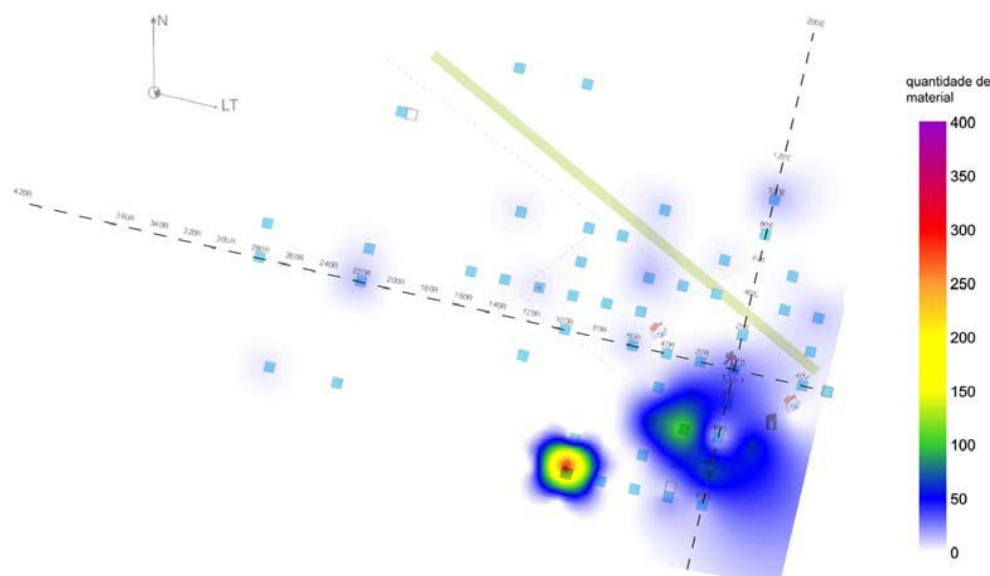


Figura 5 – Mapa de densidade total do material arqueológico histórico sobre a superfície do sítio Moju 1.

Em laboratório⁶, a análise da cerâmica neobrasileira seguiu-se a metodologia adotada pela empresa Scientia Consultoria Científica e contou com os seguintes procedimentos:

1. Higienização: Todo o material coletado durante a escavação foi submetido a tratamentos de higienização, com água ou a seco, dependendo do estado, para remoção de resíduos e possibilitar a observação de suas características.
2. Secagem: Após a lavagem a cerâmica foi submetida à secagem em estufas de secagem (gavetas especiais com fundo tipo peneira) por cerca de três dias.
3. Triagem: Nesta fase os fragmentos foram organizados de acordo com a sondagem e nível em que foram encontrados, e depois, acondicionados em sacos plásticos etiquetados com indicação de sua exata localização.

⁶ Equipe de laboratório: Ms. Ana Lúcia Machado, Elisângela Aurora C. Bastos, Ms. Jucilene Amorim Costa, Izabel Pinheiro, Greyce Pereira de Oliveira e Sousa e Thiago Peralta Guerra.

4. Análise: Nesse momento os fragmentos cerâmicos passam por uma observação mais detalhada. No caso da cerâmica neobrasileira os procedimentos adotados seguiram os utilizados na cerâmica pré-histórica. Os fragmentos foram primeiramente separados em menores que 2cm e depois observados um a um, em lupa binocular, aqueles identificados como diagnósticos ou não diagnósticos, além da verificação do antiplástico, técnicas de acabamento e decoração. Quando bordas e bases eram identificadas, estas eram classificadas segundo quatro atributos: morfologia, inclinação, espessura e diâmetro, e depois selecionadas para desenho, reconstituição de formas, cálculo de volume e por fim, a reconstituição em 3D. Depois de prontas as vasilhas foram agrupadas de acordo com abertura da boca e classificadas da seguinte forma: “*abertas*,” aquelas em que o diâmetro maior encontra-se na boca do vasilhame e “*fechadas*”, aquelas em que o diâmetro da boca era menor que o diâmetro do bojo.

5. Tombamento: Nessa etapa o fragmento é numerado individualmente e identificado com sigla do sítio (ex: MO1 - 20) para posterior estudo (SCIENTIA, 2007).

Dos 577 fragmentos de material histórico coletado, 137 foram classificados como cerâmica neobrasileira. Quanto à categoria, observamos o predomínio de paredes com 101 fragmentos, seguida de bordas com 22, bases com 6 e também 1 aplique e 1 alça. A técnica de confecção predominante é a acordelada, sendo que apenas o aplique e a alça foram confeccionados com a técnica de modelagem.

No sítio Moju 1 praticamente todos os fragmentos apresentaram cariapé e eventualmente pelotas de argila, isoladas ou associados com o cariapé. O quadro abaixo sumariza as informações acerca das categorias e do antiplástico utilizado:

Categoria	Antiplástico			
	cariapé	pelotas de argila	cariapé + pelotas de argila	total
parede	101	3	-	104
borda	22	2	-	24
base	6	-	1	7
aplique	1	-	-	1
alça	1	-	-	1
total	131	5	1	137

Tabela 1: Categorias de cerâmica neobrasileira X antiplástico. Sítio Moju 1.

Quanto à decoração, dos 137 fragmentos, apenas 6, apresentaram algum tipo de decoração, como: apliques modelados digitados, apliques modelados entalhados, incisos e digitados, e apenas um, decorado com pintura vermelha, como mostra o quadro a seguir.

Decoração	Total
sem decoração	131
inciso	1
digitado	1
modelado aplicado digitado	2
modelado aplicado entalhado	1
pintura vermelha	1
Total	137

Tabela 2: Distribuição das decorações de cerâmica neobrasileira. Sítio Moju 1



Fotos 1 e 2: cerâmica neobrasileira. Bordas decoradas com filete aplicado. Sítio Moju 1. (Acervo: Scientia).



Fotos 3 e 4: cerâmica neobrasileira. Bordas decoradas com filete aplicado e alça modelada. Sítio Moju 1. (Acervo: Scientia).

4.1. Formas da cerâmica neobrasileira

Na análise, os fragmentos que traziam alguma informação sobre a forma das vasilhas foram separados, e as bordas e bases foram desenhadas. As bordas que permitiam aferir a posição da boca em relação ao plano horizontal e o seu diâmetro partiam para reconstituição, ressaltando que a escolha se deu também pelo melhor estado de conservação, pois muitas bordas estavam erodidas e outras já não possuíam lábio. A base convexa foi adotada como padrão para a reconstituição da forma das bases, uma vez que não foi possível associar precisamente uma forma a um tipo específico de base e também pelo fato destas estarem muito fragmentadas e danificadas.

As reconstituições possibilitam a representação tridimensional das vasilhas, permitindo se ter uma visão espacial das dimensões desta e, assim, confirmar com as formas obtidas nas duas dimensões. Também é possível estimar a capacidade volumétrica das vasilhas, fundamental para identificar o seu uso, uma vez que a funcionalidade depende da conjunção entre atributos morfológicos e dimensões das vasilhas. Não se pode armazenar e processar líquidos, por exemplo, em vasilhas rasas. O consumo individual pressupõe vasilhas de pequenas dimensões, de fácil manipulação; a cocção pressupõe, no caso de alimentos pastosos e sólidos, acesso fácil ao conteúdo, o que exige formas abertas. Gargalos não são adequados à manipulação de alimentos sólidos. E assim por diante. Pelas razões acima, as formas reconstituídas foram relacionadas à sua capacidade volumétrica, para distinguir categorias funcionais, propósito primeiro da análise feita. (SCIENTIA, 2008).

Quanto à estrutura das vasilhas cerâmicas podemos classificar três formas: *fechada ou restrita; aberta ou irrestrita e; pescoço ou gargalo*. As vasilhas que possuem boca fechada ou restrita são aquelas que têm o diâmetro de boca menor que o maior diâmetro do bojo, enquanto que as irrestritas têm no diâmetro da boca a sua maior dimensão. Aqui entram também as paredes verticais, que são classificadas como irrestritas. Os gargalos são caracterizados por um ponto de inflexão abrupto que faz a separação entre o fim do corpo da vasilha e o início do gargalo, fazendo com que o diâmetro deste seja bem menor que o do corpo.

De acordo com Machado (2005-2006: 90), essas divisões não implicam necessariamente em funções específicas e cada uma dessas formas pode se adaptar melhor a diferentes utilizações. Por exemplo: as vasilhas contendo bocas irrestritas podem ser utilizadas em ações que exigem um manuseio de seu conteúdo, podendo este ficar a mostra ou secando, devido ao fácil acesso e visibilidade que

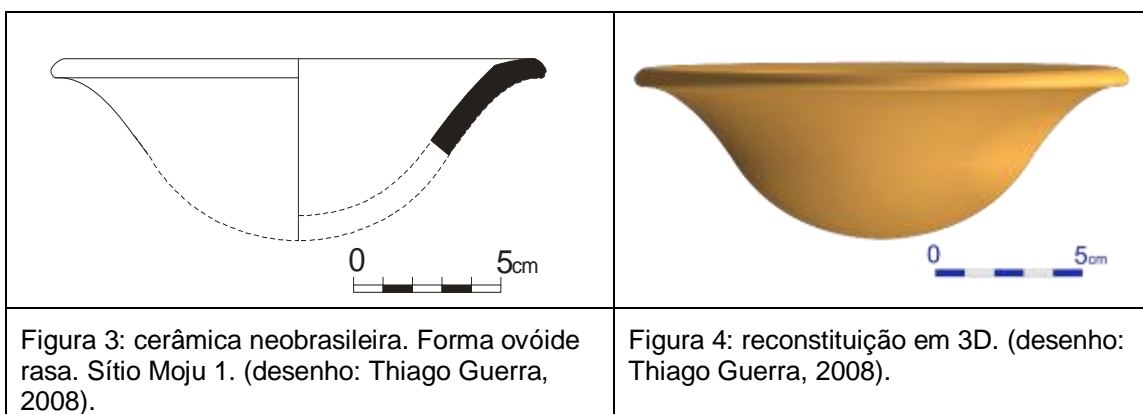
proporcionam ao seu conteúdo. As que contêm bocas restritas dificultam o acesso ao seu conteúdo retendo-o melhor, sendo mais adequado à armazenagem. Já os potes que apresentam um gargalo, têm a qualidade de impedir que o líquido contido espirre ou derrame para fora e ainda têm seu manuseio facilitado. No caso do sítio Moju 1, nenhum gargalo foi encontrado que permitisse a reconstituição de formas deste tipo.

Das 22 bordas analisadas, apenas quatro possuíam os atributos necessários para reconstituição morfológica das vasilhas. As formas obtidas, todas diferentes entre si, foram agrupadas de acordo com sua morfologia e dimensões em duas classes: abertas ou irrestritas (3 vasilhas) e; fechadas ou restritas (1 vasilha), como apresentado a seguir:

4.1.1. Abertas ou irrestritas

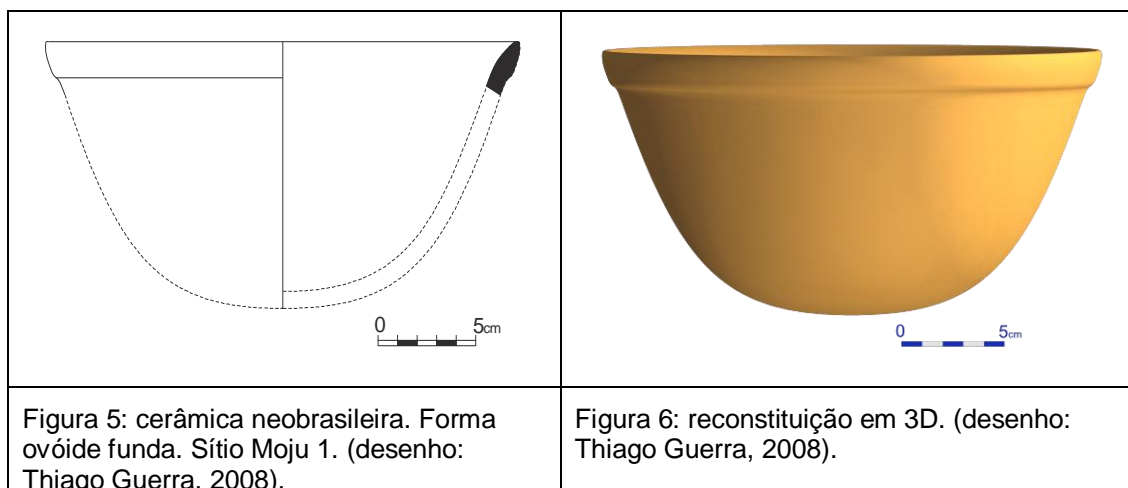
Forma 1: Ovóide rasa

Forma aberta de contorno simples, parede inclinada externamente, base convexa, lábio arredondado e borda extrovertida com reforço externo. O reforço facilita no apoio das mãos para o transporte da vasilha. Profundidade bem inferior ao diâmetro da boca. Volume de aproximadamente 0,35 litros. A forma é propícia a consumir alimentos pastosos e sólidos.



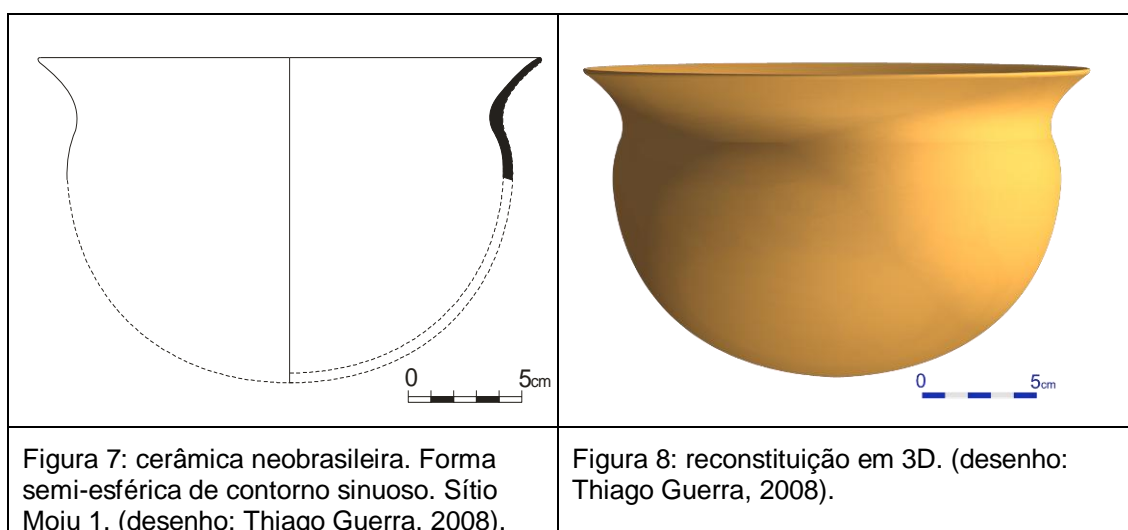
Forma 2: Ovóide funda

Forma aberta de contorno simples, parede inclinada externamente, base convexa tendendo a cônica, e bordas diretas com lábio apontado. Possui leve reforço externo, facilitando o apoio das mãos no momento do transporte. Profundidade inferior ao diâmetro da boca. Com volume de aproximadamente 2,8 litros. A forma é propícia a servir e consumir alimentos líquidos.



Forma 3: Semi-esférica de contorno sinuoso

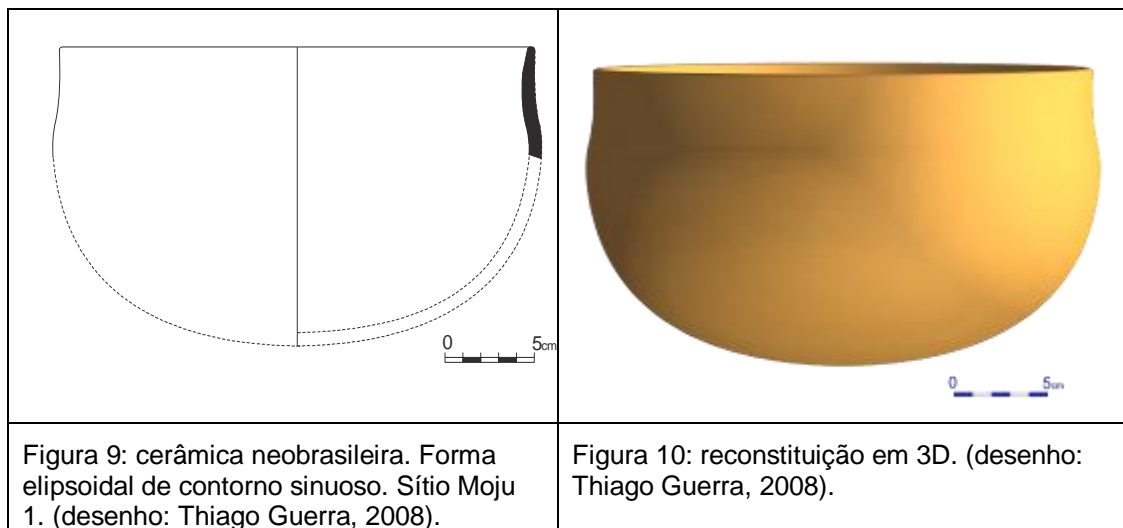
Vasilha esférica de contorno inflectido, fortemente sinuoso. Boca aberta. Parede inclinada internamente e borda extrovertida, facilitando o apoio das mãos para transporte. Profundidade inferior ao diâmetro da boca. Volume de aproximadamente 2,9 litros. Forma propícia a processar e servir alimentos pastosos e sólidos.



4.1.2. Fechadas ou restritas

Forma 4: Elipsoidal de contorno sinuoso

Vasilha esférica de contorno inflectido, levemente sinuoso. Boca levemente fechada. Parede com inclinação interna e borda direta com lábio arredondado. Base convexa, profundidade pouco inferior ao diâmetro da boca. Volume de aproximadamente 6,35 litros. A forma e as dimensões são propícias a servir alimentos pastosos e sólidos.



5. Conclusão

O contínuo desenvolvimento e as rápidas transformações do meio ambiente apropriado pelo homem deixam marcas significativas para o entendimento das atividades dos nossos antepassados. Com a diversidade social brasileira e a crescente busca de nossas especificidades surgem a cada dia novas modalidades de pesquisa e abordagem (FUNARI, 2003).

Neste contexto se destaca a arqueologia que estuda os espaços domésticos, uma vertente da arqueologia histórica que tenta recuperar as atividades cotidianas de grupos humanos do passado, um dos campos mais informativos da cultura, pois ajudam no reconhecimento de aspectos antes não conscientes, mas agora altamente reveladores da estrutura de uma sociedade. Através do lixo, a arqueologia tenta recompor a trajetória de vida de elementos materiais que no passado foram considerados inúteis, e por isso descartados, em busca de antigos padrões de comportamento humano que permitiram a criação, seleção, aproveitamento, descarte e eventual reciclagem, até o abandono final destes elementos (LIMA et al. 1989).

Mesmo na esfera de um passado recente como propõe o estudo da arqueologia histórica, a formulação de histórias fantásticas está sempre presente no imaginário popular, muitas vezes decepcionada por resultados que lhes parecem simples retratos do dia-a-dia. Resta-nos garantir pequena parte da história local através da recuperação de cultura material, ainda que sem metodologia específica, associada ao levantamento documental, onde percebemos que o divisor de águas está na escrita. É a partir dessa premissa que se procura encarar um momento cuja qualidade se amplia potencialmente.

O sítio Moju 1 demonstrou ser importante área para investigação mais aprofundada em função do próprio contexto arqueológico. Comprovado pelos inúmeros relatos de naturalistas e com as diversas pesquisas, já realizadas na região.

Na busca em apresentar possíveis reconstituições para as cerâmicas neobrasileiras encontramos um pouco do passado do próprio homem, suas atividades e relacionamentos sociais ligados à memória individual ou coletiva.

Explorar o potencial científico é tarefa primordial na ampliação do conhecimento, especialmente acerca de temas específicos, como propõe a arqueologia. Assim os vestígios materiais, nos proporcionam desvendar não só a origem, mas também a evolução do comportamento humano, peças fundamentais para a elaboração de verdadeiros bancos de dados acerca das sociedades pré e pós-contato.

6. Bibliografia

BATES, H. W. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. Série Reconquista do Brasil.

BATISTA, D. *O complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento*. 2ª Ed., Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BELLETTI, J. da S.; AÑAÑA, D.da S.; RAMOS, R. N.; ZORZI, M.; ULGUIM, P. F.; DE BEM, E; MACIEL, L. L.; VIANA, J. *Arqueologia Experimental: Interpretação e produção de Artefatos Cerâmicos*. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia- DHA-ICH/UFPel. Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, Rio Grande do Sul. 2004

CHAVENATO, J. J. *Cabanagem, O Povo no Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHMYZ, I. *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica*. Cadernos de Arqueologia 1, 1976. pp: 119-147.

DANIEL, Padre J. *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas – volume II* Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2004, PP: 128.

DIAS Jr., O. F. *Cerâmica Cabocla*. Boletim de Arqueologia do IAB 3 (2): 7-11. 1964.

DIAS Jr., O. F. *Pré-história e arqueologia da região sudeste do Brasil*. In *A pesquisa do passado: arqueologia no Brasil*, editado por E. Carvalho, pp. 155-162. Instituto de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro. 1987.

FUNARI, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

IPARQ/SCIENTIA. *Arqueologia do Vale do Paraíba. SP. 070. Rodovia Carvalho Pinto*. São Paulo: DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., 2003, pp: 56-203.

LIMA, T. A. et al. *A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro*. Dédalo, pub. avulsa, São Paulo, 1989, pp: 205-230.

MACHADO, J. S. *O potencial interpretativo das análises tecnológicas: um exemplo amazônico*. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 15-16: 87-111, 2005-2006.

MARQUES, F. L. T. *Pesquisa Arqueológica na Área do Forte do Castelo, Belém, Pará*. Monitoramento Arqueológico. Relatório, 2003.

MARQUES, F. L. T. *Um Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX*. Porto Alegre. PUCRS, 2004. (tese de doutorado).

MARTIUS & SPIX. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820. Vol.III*. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, revista por B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães, que a anotou. 2ª edição, Edições Melhoramentos, 1961.

NASCIMENTO, H. F.; ASSIS, E. de.; MARQUES, F. L. T. *Um Estudo sobre Arqueologia e População Atual na Vila Guajaraúna, em Barcarena - PA*. Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006.

NAJJAR, R. *Arqueologia Histórica: Manual*. Brasília: IPHAN, 2005.

ORSER Jr., C. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1992.

PINTO, A. O. *Hydrographia do Amazonas e seus afluentes – Vol.II* — Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

REIS, J. A. *“Não pensa muito que dói”*: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

SENNA, C. do S. F. de y LOPES, P. R. do C. *Conservação do patrimônio arqueológico no estuário amazônico no âmbito do Projeto Bauxita Paragominas/PA. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales*, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/355.htm>>

SCHEUER, H. L. *A tradição da cerâmica popular*. São Paulo: Escola de Folclore. Ed. Livramento. pp. 22. 1982.

SCIENTIA CONSULTORIA. *Salvamento do Sítio Arqueológico Moju 1, no Município de Moju, Estado do Pará – Relatório Final*. Scientia Consultoria Científica, 2007.

SCIENTIA CONSULTORIA. *Resgate dos sítios arqueológicos localizados na área de intervenção da Linha de Transmissão em 230 kV Vila do Conde - Santa Maria do Pará, PA - Relatório Final*. Scientia Consultoria Científica, 2008.

SOUZA, A. M. de. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro, Adesa, 1997.

SOUZA, M. A. T.de. *Entre Práticas e Discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás de século XVIII*. In: Noelli, F. S; Zarankin, A. & Senatore, M. X. (orgs.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul. Cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires, Ediciones Del Tridente, Colección Científica, 2002.

SYMANSKI, L. C. P. *Grupos Domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves*. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 2, nº. 2, 1997. pp: 81-120.

SYMANSKI, L. C. P. *Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil*. In: Noelli, F.S;Zarankin, A. & Senatore, M. X. (orgs.). *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul. Cultura material, discursos e práticas*. Buenos Aires, Ediciones Del Tridente, Colección Científica, 2002.

SEPOF. *Estatísticas municipais do Estado do Pará*. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças , 2005. CD-ROM.